

Rhodes diz que é cedo para festejar acordo

Presidente do comitê dos bancos diz que antes de mais nada o acerto feito com o governo brasileiro precisa ser implementado

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — Há quatro anos, quando o governo brasileiro fechou um acordo de renegociação da dívida externa com os bancos internacionais, encerrando a moratória decretada no ano anterior, o principal negociador dos credores, William R. Rhodes, passou semanas celebrando. Uma carta de gratidão por seus esforços, recebida do então ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ganhou uma moldura e aumentou a galeria de troféus profissionais na parede de lambris de sua sala no segundo andar do prédio do Citicorp, na Park Avenue, em Manhattan.

Embora a capacidade de ação de Mailson já estivesse comprometida, naquele melancólico final do governo Sarney, e provavelmente fosse menor do que é hoje a do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, nesta não menos lamentável metade do governo Collor, Rhodes só parou de festejar quando a crise já havia forçado o País a embarcar na segunda moratória, em julho de 1989.

Escaldado pelo episódio, pela ciclotimia brasileira e pelos dois anos e meio de confronto e negociações que levaram ao acordo anunciado no começo do mês, o alto executivo do maior credor privado do País é agora o primeiro a dizer que ainda é cedo para celebra-

ções. Ele pressente perguntas que lhe serão feitas e antecipa a resposta. "Não, não há euforia", diz.

"Acho que chegamos a um acordo bom para ambas as partes, esperamos e queremos que ele ajude o ministro Marcílio a levar adiante o corajoso programa de reformas que iniciou e estamos trabalhando, junto com o governo brasileiro, para que ele seja assinado ainda este ano e efetivado no primeiro trimestre do ano que vem."

Diplomacia — O acordo, acrescenta Rhodes, "é uma manifestação da confiança e do interesse da comunidade financeira internacional no Brasil, no dinamismo do setor privado brasileiro e no rumo atual da política econômica". Mas a história recente do País de não cumprimento de compromissos assumidos com os bancos, com governos credores, com o Fundo Monetário Internacional e com o Banco Mundial, e as repercussões da atual crise interna inquietam o negociador dos bancos.

Diplomaticamente, ele evita falar das recentes atribulações internas no País, a não ser para lembrar que a questão, embora não tenha interferido nas negociações, "obviamente preocupa os bancos".

Aproveita para destacar o valor do endosso que o Senado deve dar ao acordo, assim que sua versão detalhada ficar



William Rhodes

Acordo pode vigorar no primeiro trimestre de 93

pronta, no fim do mês que vem. "O apoio do Senado é importante porque dá o respaldo político e institucional do País", diz ele.

Rhodes escolhe as palavras. Sua dúvida é a de sempre. "Quando os jornalistas americanos me perguntam se a crise da dívida acabou com o anúncio do acordo com o Brasil, lembro a eles que, primeiro, o acordo precisa ser implementado", diz Rhodes, o homem que chegou ao topo da hierarquia do maior banco americano negociando os papagaios de

metade dos principais países devedores. "Para que isso aconteça, é preciso que as metas negociadas com o FMI sejam cumpridas, a partir do segundo semestre", explica. "Caso contrário não haverá dinheiro para as garantias". Trocando em miúdos, isso significa a continuação da austeridade fiscal até o fim do ano e a aprovação da reforma tributária que o executivo encaminhou ao Congresso, na semana passada.

Pelo acordo, o FMI e outros organismos internacionais entrarão com metade dos US\$ 3,2 bilhões que o País apresentará aos credores, sob a forma de títulos do Tesouro americano, como garantia do principal da dívida, na data da efetivação dos contratos.

O governo conta com a ajuda dos organismos multilaterais para adquirir um montante ainda não determinado de garantias adicionais que deverá entregar aos credores nos dois primeiros anos do acordo.

"O importante, agora, é pôr mãos à obra", diz Rhodes. Se o Senado aprovar rapidamente o texto da minuta do acordo, como prometem seus líderes, e o Fundo aceitar, como é provável, a calibragem das metas do déficit fiscal que o País deixou de cumprir na primeira metade do ano, Rhodes calcula que o acordo começará a ser vendido aos bancos durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial.